

## Dieese: há poucos motivos para pensar em retomada do crescimento

O Dieese acredita que a trajetória de crise brasileira pode ter chegado a um limite em 2017, com possibilidade de uma leve recuperação da atividade econômica ao longo deste ano. Mas questiona aqueles que alardeiam a recuperação plena: "Há poucos motivos para se pensar em uma vigorosa ou mesmo moderada retomada do crescimento econômico. Todas as incertezas estruturais existentes em 2017 seguirão presentes em 2018, e não há no cenário interno ou externo elementos para uma aposta sólida em alguma mudança que altere para melhor as expectativas".

Assim, prossegue o instituto em sua análise, um cenário mais otimista pode aparecer caso a crise forneça elementos "para uma reflexão sobre o que não deve ser feito em matéria de gestão da economia". "A menos que o objetivo seja, de fato, a concentração de renda e a exclusão da maior parte

da população dos benefícios do crescimento econômico", acrescenta o Dieese.

O ano passado terminou com previsão de "recuperação pífia, que não inspira otimismo", diz o instituto, lembrando que o país vinha de dois anos de recessão profunda. Até agora, há uma persistente recuperação do consumo das famílias, o que dá fôlego para o Produto Interno Bruto (PIB). "Mas é importante observar que a renda vem crescendo impulsionada fundamentalmente pelo emprego informal (que não acesso facilitado a crédito, por exemplo) e não há certeza quanto ao prosseguimento dessa tendência", pondera o Dieese. "Visto dessa forma, esse importante componente da demanda se mostra em crescimento contínuo, mas não sólido o suficiente para apontar uma trajetória segura e vigorosa da retomada."

Os dados do desemprego,

com alguns indicadores positivos, mostram que "o mercado de trabalho segue patinando, com o fraco ritmo de crescimento economia". Houve redução da taxa de desemprego em algumas regiões metropolitanas, mas, pela pesquisa do Dieese em parceria com a Fundação Seade o tempo médio de procura por novo trabalho chegou a 52 semanas em São Paulo (um ano) e a 60 semanas em Salvador.

"Cabe observar, entretanto, que o desempenho do mercado de trabalho tende a responder com certa defasagem temporal aos ciclos de retração e de expansão nas atividades econômicas", observa o Dieese. Mas com a entrada em vigor em novembro da Lei 13.467, de "reforma" trabalhista, "há a possibilidade de o emprego com mais garantias (com carteira assinada) não reagir em resposta à retomada econômica com o mesmo ímpeto de antes".

Fonte: CUT



Roberto Parizotti



## Ratificação da Convenção 189

# Vitória das domésticas na luta internacional

Por Junéia Martins Batista e Maria Júlia Reis (Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora e secretária do Combate ao Racismo)

No dia 31 de janeiro o Brasil enviou à Organização Internacional do Trabalho o documento formal para a ratificação da Convenção 189 sobre as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos, passando a ser o 25º Estado Membro da OIT e o 14º Estado membro da região das Américas a ratificá-la.

Estima-se que existem cerca de sete milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil, mais do que em qualquer outro país do mundo.

O emprego doméstico permanece como uma das principais possibilidades de inserção das mulheres negras, de baixa escolaridade e sem qualificação profissional, no mercado de trabalho. E se mostra com as consequências históricas da associação entre este tipo de atividade e a escravi-

ção, apresentando resquícios das relações escravagistas.

A ratificação da Convenção nº 189 representa uma vitória na luta das trabalhadoras domésticas e de todo o movimento sindical que se empenhou para que existisse essa Convenção e, além disso, lutou para que fosse ratificada. Parabenizamos a enorme luta dessas trabalhadoras e trabalhadores que buscaram de maneira incansável a valorização do serviço doméstico.

Apesar da vitória com a ratificação da Convenção, não podemos nos esquecer de que desde 2016 estamos enfrentando o golpe que trouxe em seu bojo mais uma ofensiva do capital contra o trabalhador aprovando a “deforma” trabalhista que retirou de todas as categorias de trabalhadores seus direitos conquistados ao longo de anos e anos de lutas.

Desde os anos 1930, as tra-

balhadoras domésticas lutam pelo reconhecimento dos seus direitos que foram alcançados apenas no governo de Dilma Rousseff, porém não poderão usufruí-los depois da alteração da CLT e a lei da terceirização de todas as atividades, aprovada em março de 2017. Sem dúvida duas legislações que atacam diretamente a vida de toda a classe trabalhadora e com certeza também trazem prejuízos às trabalhadoras domésticas.

Precisamos seguir lutando para reaver nossa democracia e nossos direitos.

Nossa palavra de ordem é seguir fortalecendo nossas bases e continuar na luta conscientizando todas as categorias de que precisamos seguir lutando por nossos direitos. Não vamos deixar de lutar por um mundo mais justo onde o trabalho seja valorizado.